

**A FORMAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE OPERÁRIA NOS
FINS DO OITOCENTOS. AUTODIDATISMO E ERUDIÇÃO EM
ERNESTO DA SILVA (1893-1903)**

**THE FORMATION OF OPERATING INTELLECTUALITY AT
THE END OF THE EIGHTEENTH. SELF-TEACHING AND
ERUDITION IN ERNESTO DA SILVA (1893-1903)**

BEATRIZ PERALTA GARCÍA
Universidad de Oviedo (Espanha)
bperalta@uniovi.es
<https://orcid.org/0000-0001-8232-7493>

Texto recebido em / Text submitted on: 01/06/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/12/2020

Resumo:

A educação dos operários foi um dos temas fortes do movimento operário. Neste sentido, os historiadores têm mostrado o seu interesse pelas iniciativas geradas no seio das suas organizações, como a criação das escolas para as crianças. Trata-se de iniciativas de carácter privado fora da precária rede do ensino primário e secundário do Estado. Porém, tem-se prestado muito menos atenção à formação académica desta intelectualidade, talvez porque deixou escasso rasto na documentação. Uma das razões para esta insuficiência de fontes tem a ver com o facto dessa formação ser autodidata. Este artigo visa reconstituir e analisar a formação académica da intelectualidade socialista tomando como exemplo Ernesto da Silva (1868-1903), compositor tipógrafo, jornalista e dramaturgo, cuja obra reflete uma vasta cultura em vários os níveis: profissional, ideológico e literário. Avançar no conhecimento da personalidade deste autor permitir-nos-á

aprofundar na história do Partido Socialista Português através da biografia de um dos seus vultos mais significativos.

Palavras-chave:

Ernesto da Silva; Partido Socialista Português; Socialismo; Educação; Autodidatismo.

Abstract:

The education of the workers was one of the strong themes of the labor movement. In this sense, historians have shown their interest in the initiatives generated within their organizations, such as the creation of schools for children. These are initiatives of a private nature outside the precarious network of primary and secondary education in the State. However, much less attention has been paid to the academic training of this intelligentsia, perhaps because it left little trace in the documentation. One of the reasons for this lack of sources has to do with the fact that this training is self-taught. Ernesto da Silva (1868-1903), typographer, journalist and playwright, whose work reflects a vast culture at various levels: professional, ideological and literary. This article aims at reconstituting and analyzing the academic formation of the socialist intelligentsia. To advance in the knowledge of the personality of this author will allow us to delve into the history of the Portuguese Socialist Party through the biography of one of its most significant figures.

Keywords:

Ernesto da Silva; Portuguese Socialist Party; Socialism; Education; Self-education.

«Triste, mas fatal condição do progresso social, só na força dos pulsos, adstricta á educação do cerebro, reside a victoria dos opprimidos contra os oppressores».

Ernesto da Silva, *Elogio histórico de Roberto Owen*.

Introdução

O compositor tipógrafo e militante do Partido Socialista Português (PSP) Ernesto da Silva (1868-1903) é autor de uma extensa obra literária e

de pensamento político redigida em apenas dez anos, entre 1893 e 1903, data do seu prematuro falecimento, aos trinta e cinco anos de idade. Escreveu mais de cento e cinquenta artigos abordando temas diversos dispersos por numerosos periódicos da imprensa operária e republicana: opúsculos, contos, textos dramáticos e teatrais, e várias traduções, literárias e de pensamento político. Como conseguiu ele adquirir uma tão vasta cultura que abrange a literatura universal e contemporânea, a atenção aos acontecimentos políticos do seu tempo, a familiaridade com o mundo da ciência e da medicina, o pensamento ideológico operário, a filosofia e a história, entre outras áreas de interesse, é, desde já, um enigma que nos propomos destrinçar ao longo das páginas seguintes. O título dado ao nosso artigo, «A formação da intelectualidade operária nos fins do Oitocentos. Autodidatismo e erudição em Ernesto da Silva (1893-1903)», insere já a tese que defendemos, isto é, que foi a sensibilidade e o interesse pelo conhecimento o que levou os operários a procurá-lo de forma autónoma e a obterem sucesso intelectual, já que o acesso às instituições académicas era muito restrito, em parte devido às condições socioculturais do operariado industrial nos séculos XIX e XX.

A formação escolar e profissional dos operários nos fins do século XIX: o caso de Ernesto da Silva (1868-1903)

Para compreender o desenvolvimento intelectual de Ernesto da Silva é necessário abordar, antes de mais nada, os seus primeiros anos de vida. Nasceu, segundo as informações de que dispomos, no seio de uma família humilde composta por seis membros: o pai, Custódio José da Silva († 1873), a mãe, Emília Augusta Pinheiro da Silva (1834-1899), e quatro irmãos: Artur, Adelaide Amélia, Ermelinda e António Ernesto. Desconhecemos o lugar que o nosso autor ocupava na cadeia de filhos mas sabemos que viu a luz em Lisboa a 6 de janeiro de 1868, e apurámos que o pai era músico profissional. Porém, o progenitor pouco pôde influir na educação do filho pois haveria de falecer em 1873, deixando à esposa a tarefa da criação e educação das crianças (Ventura 2000: nota 205, 263; Peralta 2017: 54).

Ernesto da Silva beneficiar-se-á das ações legais aprovadas dois anos depois do seu nascimento. Este acesso à formação académica da população portuguesa, especialmente a do mundo do operariado,

insere-se num contexto sociopolítico de consolidação do sistema liberal, o qual veio a tomar algumas iniciativas na luta contra o analfabetismo e de extensão do ensino a partir de 1834. À reforma geral de 1836 sucedeu-se a de Costa Cabral em 1844 até que as leis de D. António da Costa em 1870 e António Rodrigues Sampaio em 1878 vieram marcar o ponto de inflexão neste âmbito. A lei do ensino de 16 de agosto de 1870, sendo ministro da Instrução Pública D. António da Costa no breve ministério do duque de Saldanha, veio a instituir o ensino elementar, gratuito e obrigatório, motivo pelo qual exigia dos pais e dos tutores a responsabilidade de mandar os alunos à escola, ficando isentos aqueles que o não pudessem fazer «por motivo de extrema pobreza» (art. 30). A norma legal estabelecia a frequência à escola primária de 1º grau a partir dos sete e até aos quinze anos, embora fosse permitida desde os cinco anos (art. 29), enquanto que a lei de 1878 definiu de novo esta etapa do aprendizado escolar fixando-a entre os seis e os doze anos (art. 5) (Alves 2004: 307; Martins Santareno 1919). Portanto, segundo a lei em vigor, de 1870, Ernesto da Silva terá dado entrada na escola primária entre 1873 e 1875 e aí adquirido noções de educação física, educação política e educação intelectual, integrada esta por cadeiras de leitura, escrita, operações aritméticas, sistema de pesos e medidas, gramática, desenho, história, geografia, cronologia, canto coral e noções de agricultura (Alves 2004: 308). É de ressaltar, neste sentido, a importância e relevância do facto no seu percurso vital porque, segundo o *Anuário Estatístico de Portugal*, apenas 15% das 800.000 crianças de entre sete e quinze anos frequentava a escola em 1875 (Ribeiro 1999: 190). Ernesto da Silva virá integrar esta magra percentagem mas dadas as dificuldades económicas familiares paralelamente terá começado a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na tipografia de Gutierrez, antes de acabar estes estudos. José Martins Santareno, seu colega no PSP, glosando a sua figura muitos anos depois da sua morte, situa aos dez anos este momento (Martins Santareno 1919).

Dois anos mais tarde, em aplicação da reforma educativa de 1878, terá dado entrada no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, assim denominado depois da reforma educativa efetuada após o decreto-lei de 30 de dezembro de 1869. Doze anos era a idade exigida para a frequência deste estabelecimento educativo, o qual veiculara, junto à Escola Industrial do Porto, o chamado ensino técnico de nível superior a partir de 1896. Seria este talvez o motivo porque anos mais tarde não pôde demonstrar a sua frequência à escola primária. De novo é Martins

Santareno que nos informa sobre os conhecimentos de língua francesa e de geometria de Ernesto da Silva (Idem, *ibidem*), sendo que estes últimos acertam com as características do ensino ministrado nesta instituição no ramo industrial segundo a reforma de 1879, cujo plano de formação era essencialmente técnico mas incluía também cadeiras de geografia, história, e línguas vivas, entre elas, francês e inglês (*Diário do governo* 1879: 231). Novamente esta sua passagem pelo Instituto Industrial, fixada entre 1880 e, eventualmente, 1883 – quando completou quinze anos –, não pôde ser demonstrada, o que significa que, talvez, Ernesto da Silva frequentasse as aulas como «ouvinte registado», ou seja, inscrito em disciplinas concretas mas sem direito a diploma, assistindo sempre em horário noturno, com exceção da formação prática. Embora as deficiências académicas do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, de que eram cientes as autoridades políticas, a educação aqui ministrada permitiu-lhe evoluir profissionalmente, primeiro como operário na Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa, ou seja, a tipografia dos irmãos Lallemand, e depois na Imprensa Nacional. A ela chegou a 11 de julho de 1887, com dezanove anos, superadas as provas de acesso. Nelas pôde demonstrar conhecimentos de francês, o que lhe valeu ser contratado na categoria de oficial de compositor, com um ordenado semelhante ao de empregado (Ventura 2000: nota 205, 263; Peralta 2017: 54 e 56).

Apenas dois meses depois da sua chegada às oficinas tipográficas da Imprensa Nacional a aprovação do «Regulamento para a cobrança da contribuição industrial» pelo governo liberal de José Luciano de Castro e o seu Ministro da Fazenda, Mariano Cirilo de Carvalho, supôs um ponto de inflexão no desenvolvimento organizativo do movimento operário em Portugal. O socialismo português conseguira criar em 1878 um Partido dos Operários Socialistas de Portugal (POSP) da integração da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (1873) e o Partido Socialista Português (1875), e pouco depois, em 1882, após a celebração em Lisboa do Congresso das Associações, as agremiações sindicais afirmaram a sua aceitação do programa socialista. As exigências organizativas e impositivas face ao trabalho contidas na lei descontentaram por igual operários, chefes de obra e donos das fábricas, de forma que o movimento operário, na altura um tanto adormecido, acordou. A antiga Associação dos Trabalhadores, dirigida em Lisboa por João Ramos Lourenço (1861-1937), Agostinho José da Silva (1850-1918), Manuel Luís de Figueiredo (1861-1927) e Manuel Martins Correia, mostrou-se especialmente

combativa. Parte do protagonismo coube aos tipógrafos, os quais, depois do desaparecimento de Fraternidade Operária, foram paulatinamente ganhando ascendência entre as associações de classe, primeiro integrando as fileiras do recém nascido POSP, dirigido por Manuel Luís de Figueiredo, e depois, após a celebração do congresso de 1882. A 4 de abril de 1889 conseguiram fundar a Liga das Artes Gráficas sob a presidência de outro membro do POSP, José Fernandes Alves (1866-1931), também ele de formação autodidata (Silva 1989: 13). É dos fins desse ano que João Ramos Lourenço data o primeiro contacto de Ernesto da Silva com o socialismo português, quando o viu assistir à conferência oferecida por Nunes da Silva aquando da sua visita à Exposição Universal de Paris (1889) (*Justiça* 1903: 4). Na altura, estava filiado na Associação dos Empregados no Comércio e Indústria mas contava já com uma sólida formação socialista, segundo observava um outro dirigente, o tipógrafo Sotto Maior Júdice (*Vanguarda* 1896: 1). Deste modo, Ernesto da Silva não se terá formado como tal nas fileiras do Partido, mas antes. Onde terá arranjado ele tão vasta formação intelectual?

Certamente não fora nas prateleiras e cadeiras da Biblioteca Nacional, embora a instituição viesse a ampliar o seu universo de leitores graças às sucessivas normas legislativas. Com o decreto de 31 de dezembro de 1863 ganhou a designação de estabelecimento de «leitura pública», função que veio a ser alargada a todas as pessoas «sem excepção de classe» após a aprovação da lei de 29 de maio de 1884. O decreto de 29 de dezembro de 1887 garantiu a abertura das salas, o de 24 de dezembro de 1901 regulou a organização e estatísticas de consulta, e o de 29 de janeiro de 1903 abordou a fiscalização do empréstimo dos livros (Garcia 1996). Segundo o *Anuário Estatístico de Portugal* em 1892 ela atingiu 36330 leitores (Torgal 1998: 578). Contudo, estes melhoramentos não parece que tenham abrangido os membros do operariado urbano. De facto, não se verifica existência de nenhuma folha de leitura com o nome de Ernesto da Silva nos livros de registo dos leitores conservados na Biblioteca Nacional, nos quais abundam nomes conhecidos da alta sociedade lisboeta da época. Indicam, sim, que apesar do progresso legislativo descrito a instituição continuou a ser frequentada principalmente por uma burguesia urbana bem formada, quer sob o ponto de vista académico quer cultural. De igual modo acontecia com os Gabinetes de Leitura, que se multiplicaram extraordinariamente entre as décadas de 70 e 90, pensados principalmente como serviço de «leitura domiciliária» mas com a exigência de satisfazer

as quotas ou assinaturas regulares, cujo preço oscilava entre os 200 e 400 reis nos anos 80, necessários para a consulta dos livros (Ribeiro 1999: 195). Note-se, não obstante, o facto de Ernesto da Silva ser um operário altamente qualificado, o que lhe permitia ter este acesso, especialmente já cerca do seu falecimento, pois em fevereiro de 1900, apenas três anos antes de morrer, será promovido a ajudante de revisor vendo aumentar o seu ordenado aos 1143 reis diários (Peralta 2017: 56).

Para além dos Gabinetes de Leitura Ernesto da Silva terá usufruído de outros estabelecimentos livreiros. O decreto-lei de 30 de dezembro de 1852, através do qual era criado o Instituto Industrial de Lisboa, anexou-lhes oficinas para trabalhos, um Museu da Indústria e uma Biblioteca Industrial, equipamentos de que o nosso tipógrafo terá beneficiado durante o tempo que o frequentou (*Diário da República* 1928: n° 263, 2069). Também o decreto-lei de 2 de agosto de 1870, igualmente da autoria de D. António da Costa, virá em auxílio de pessoas como Ernesto da Silva, tão sensíveis ao conhecimento. Este decreto, aprovado dias antes da lei de 1870 reguladora do ensino, concebia a criação das bibliotecas como instrumentos complementares ao ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e privados, e estavam especialmente orientadas para a instrução das classes operárias, sobretudo das mulheres e das crianças (Pinto 2017: 53). A criação das bibliotecas concretizar-se-á alguns anos depois, a 2 de fevereiro de 1883, quando surgiu a primeira biblioteca popular municipal de Lisboa, mas a partir dela abriram mais três em anos sucessivos: a Biblioteca Popular Central, situada no bairro da Inveja, que tinha o maior volume de obras e era a mais visitada (149414 volumes e 20991 leitores em 1892) (Torgal 1998: 578); e mais duas nos bairros Ocidental, na rua de S. Domingos à Lapa, e Oriental, na rua do Paraíso, chegando a sete no início da década de 1890. No período de 1884 a 1890 e até à proclamação da República verifica-se a presença de três grandes grupos de utentes por ordem de frequência: estudantes e intelectuais, operários, e funcionários. Uma explicação possível pode residir na percentagem dos leitores noturnos, 53,6% em 1883, embora a partir de 1884 e até 1898 a tendência mudasse em favor da leitura domiciliária e a diurna, esta especialmente ativa entre 1903 e 1907. Em 1909 foi recuperada a leitura noturna, desaparecida até essa data (Pinto 2017: 198-199).

Para além deste tipo de estabelecimentos Ernesto da Silva terá visitado a que será possivelmente uma das maiores e melhores bibliotecas particulares de sempre. Referimo-nos à biblioteca da Sociedade de

Instrução e Beneficência A Voz do Operário. Ernesto da Silva mantinha com esta agremiação as melhores relações, tal como ficou patente em abril de 1894, quando o jornal *A Voz do Operário* noticiou, entre grandes elogios à sua pessoa, o relatório das contas derivadas da comemoração do 1º de Maio de 1893, cujo manifesto tinha assinado (Silva 1894: 3; e Silva 1893: 2; excertos em *A Batalha* 1893: n° 537, 1-2). Em agradecimento, Ernesto da Silva dedicou-lhe um dos seus textos dramáticos, o intitulado «A ceia», publicado no mês de outubro desse ano dentro do espaço dedicado ao folhetim de *A Federação*, jornal do qual integrava o corpo dos redatores (Ruy 1894).

A proposta de criação de uma biblioteca para os sócios de *A Voz do Operário* remontava a 1883, da iniciativa de Custódio Braz Pacheco (1840-1883), mas não foi antes de 1888 que a Comissão Administrativa – sob a presidência de Miguel José Mendes e integrada também por António Alexandre Madeira, Agostinho Alves de Sousa, Vicente Ribeiro da Silva, Lourenço Antunes de Faria, Augusto Vitorino de Oliveira e José Cândido Isidro – deu início aos trabalhos (Brocas 1938: 18). A 14 de outubro desse ano via oficialmente a luz um «Gabinete de Leitura» – dando autorização ao mandado dos seus estatutos – que ficou instalado na sede da redação do jornal, situada na altura na rua Direita de S. Vicente, 28, 1º (Brocas 1938: 15 e 17). O art. 12º do Regulamento da Biblioteca – «manuscrito e emoldurado para conhecimento dos leitores» – de que era autor Pedro José de Carvalho, tornou-a pública para sócios e não sócios (Idem: 20 e 22). A biblioteca teve dois modelos inspiradores: por um lado, era herdeira do espírito com que foi criada a Biblioteca do Centro Promotor dos Melhoramentos Sociais, inaugurada a 14 de janeiro de 1871 e em funcionamento até ao desaparecimento do Centro, em 1872. Possuía mais de dois mil volumes, quinhentos dos quais pertenciam ao Estado. Prestava serviço aos sócios e ao público todos os dias das 7 às 23 horas, e nos domingos e feriados das 10 horas até às 14 horas da tarde, e contemplava o empréstimo domiciliário durante oito dias (Brocas 1938: 47-48); por outro, trazia para uma organização operária o modelo de leitura e empréstimo de livros das associações da burguesia, como os Gabinetes de Leitura, já citados, e até da Biblioteca Nacional. Em geral, era concebida como mais um instrumento para a instrução dos operários da Sociedade Cooperativa a par do jornal mas, a diferença dele, com um intuito de permanência no tempo dadas as múltiplas dificuldades de manutenção dos periódicos operários, destinados à formação política

do proletariado urbano. Sabia-o bem um dos membros do corpo dos redatores de *A Voz do Operário*, João Ramos Lourenço, ao reconhecer o labor do jornal na elevação do «nível mental dos nossos camaradas e amigos. (...) porém – explicava –, não basta; ao jornal que desaparece é preciso oppôr o livro que fica; o livro que elabora e diffunde as doutrinas grandiosas que agitam hoje a humanidade» (Franco 2018: nota 59, 43 e 44). Não obstante este objetivo, a seleção dos livros que encherão as apenas seis prateleiras (Brocas 1938: 35) da futura biblioteca viu-se condicionada por dois elementos: os interesses e os gostos dos potenciais leitores, por um lado, e o desconhecimento da língua francesa, «onde hoje se encontra escrito tudo quanto é grande e sublime», por outro. Daí que os seus responsáveis resolvessem adquirir principalmente livros dos «mais laureados escriptores portugueses», pondo de fora e «com pesar» aqueles outros que «nos paizes cultos abordam as questões grandiosas que tão de perto dizem respeito á classe trabalhadora» (Brocas 1938: 44). Ao que sabemos, no momento da sua inauguração a biblioteca contaria com poucos volumes, que foram aumentando paulatinamente ao longo dos anos: aos 326 de 1894 acrescentaram-se mais 388 em 1895-1896, 140 em 1897-1900, 202 em 1901-1909, 86 em 1910-1917, apenas dois em 1918, e 359 em 1924, até ao grande surto do período 1925 a 1937, quando deram entrada na biblioteca 10.080 volumes, perfazendo um total de 11.583 incluindo livros, revistas e opúsculos (Brocas 1938: 35). Também o público foi aos poucos aumentando a sua afluência. Em 1894 era de apenas 160 leitores, 13 por mês (Brocas 1938: 19-20). A miséria, o analfabetismo e o desconhecimento das teorias operárias estariam na base, no dizer de Manuel de Araújo Brocas, desta escassa frequência (Brocas 1938: 20), mas em 1936 atingiu os 4515, dos quais 1056 foram mulheres até 1937, na maioria alunas dos cursos noturnos. Neste caso, considerava-se a atenção ao «trabalho doméstico» a causa que impedia uma maior assistência (Brocas 1938: 31).

O compromisso militante

Mas voltemos à formação intelectual do nosso autor, ultrapassadas as fases formativas do ensino primário e profissional. Nos anos iniciais da mocidade ter-se-á interessado pelo movimento republicano mas em 1892 encontramo-lo já militante ativo do POSP. Nesse ano celebrou-se

no Porto o Congresso Nacional das Associações de Classe, onde foi consumada a cisão do movimento socialista em duas formações: o Partido dos Operários Socialistas, de Manuel Luís de Figueiredo, ao qual pertenceria inicialmente Ernesto da Silva; e o Partido Socialista Português, dirigido por Azedo Gneco (1849-1911). Parece que terá sido no *Eco Socialista*. Órgão do Partido Socialista do Norte, surgido no Porto a 8 de fevereiro de 1892 como órgão do Centro Operário de Propaganda Socialista, que Ernesto da Silva terá publicado os seus primeiros textos comentando as sessões do Congresso. Nos finais desse ano, insatisfeito com a orientação dada ao Partido, tê-lo-á abandonado em favor do PSP, embora em março de 1893 ainda colaborasse em *Revolucionário*, jornal de recente fundação da Associação dos Trabalhadores, ligada ao POSP. Ao terminar esse ano verifica-se o ingresso efetivo nas fileiras do PSP colaborando desde a fundação em *A Federação* (Lisboa, 1893-1900), o novo jornal da Federação das Associações de Classe, agremiação sindical vinculada à facção marxista dirigida por Gneco surgida do congresso portuense de 1892, ainda que sem integrar o corpo dos redatores, ao que chegou em outubro de 1894. A atividade jornalística de Ernesto da Silva prolongar-se-á até à morte, a 25 de abril de 1903. Até essa data identificamos cento e quarenta artigos publicados desde 1893 nos seguintes jornais: *Revolucionário* (Lisboa, 1892-1893), *A Federação* (Lisboa, 1893-1896), *O Operário de Coimbra* (Coimbra, 1895), *A Obra* (Lisboa, 1897-1903), *O Paiz* (Lisboa, 1896-1897), *A Vanguarda* (Lisboa, 1897), *A Pátria* (Lisboa, 1900), *O Mundo* (Lisboa, 1900-1903), *Revista Política* (Lisboa, 1901), *Vanguarda* (Lisboa, 1901-1902) e *Século XX* (Lisboa, 1901), para além dos comemorativos *A Comuna* (Lisboa, 1896), *Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operários do livro em Portugal* (Lisboa, 1899) e *Pela Infância. Á memória de Sarah de Mattos* (Lisboa, 1901). Ainda temos conhecimento de colaborações em *A Batalha* (Lisboa, 1891), *Revista Social* (Lisboa, 1894), *Germinal* (Lisboa, 1902) e no número comemorativo para o jornal *O Mundo* (Lisboa, 1902) com motivo do seu segundo aniversário, hoje ainda infelizmente não localizadas (Peralta 2020).

Foi também em 1893 que Ernesto da Silva deu início à publicação daquilo que poderíamos chamar «opúsculos» ou «textos doutrinários»⁽¹⁾. Ainda foi autor dos manifestos do 1º de Maio de 1893, 1894 e 1895 – fora

(1) Fontana e Sousa Brandão. Discurso pronunciado na sessão comemorativa do 20º aniversário da Cooperativa Indústria Social (1893), *Proletários e burguezes* (1893), *A idéia federativa*.

exonerado desta responsabilidade em 1896 –, para além de relator de uns *Estatutos da Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro* e de um *Elogio histórico de Roberto Owen*, lido na sessão da festa de aniversário da Cooperativa A Libertadora, a 19 de março de 1898, um ano depois de ter abandonado o PSP, acusado de simpatias filoanarquistas que ele sempre negou (Silva 1898c e 1898b). Cultivou a crítica política através da análise de dois volumes de Sebastião de Magalhães Lima, *O livro da paz* (1895) e *A obra internacional* (1896), bem como a tradução doutrinária com *A injustiça economica* (Lisboa, Typographia do Commercio, 1895), de Benoit Malon, e *O comunismo e a evolução economica* (Lisboa, Typographia do Instituto Geral das Artes Graphicas, 1900), de Paul Lafargue, obras publicadas pela primeira vez em português, de modo que o nosso tipógrafo pode ser considerado um pioneiro na divulgação da obra destes autores em Portugal. E são inúmeros os discursos e as conferências que pronunciou nas salas das associações de classe, centros operários, manifestações cívicas e atos diversos para os que era regularmente convidado, muitos deles relatados na imprensa. Constituem hoje um acervo precioso da memória escrita do pensamento operário socialista dos anos finais da Monarquia.

Será também no Natal de 1893 que começou a publicação daquela que, com o decorrer dos anos, tornar-se-á numa vigorosa obra literária, ao tempo do falecimento plenamente consolidada. É formada por dezoito contos e catorze textos dramáticos que viram a luz em *A Federação*, *A Obra* e *Revista Nova* entre 1893 e 1901. Paralelamente, encetou a composição de peças de teatro visando a criação de um repertório dramático destinado inicialmente ao recém formado Grupo Dramático Socialista, mas a complexidade dos textos ultrapassou as possibilidades do teatro amador para finalmente serem representados nos teatros lisboetas por companhias profissionais⁽²⁾. Um outro conjunto é constituído por vinte e dois textos de crítica literária e estética publicados na imprensa operária e republicana entre 1894 e 1903, com exceção da conferência *Theatro Livre*

Commemoração do 2º aniversário do jornal A Federação (1896), e *O dia normal*, aparecido sem data mas composto com motivo do 1º de Maio de 1896.

(2) Foram eles *O Capital. Drama em 4 actos, original de Ernesto da Silva. Representado pela primeira vez no teatro do Príncipe Real, de Lisboa, na noite de 8 de novembro de 1895* (1896), *Os que trabalham. Drama em 4 actos* (1897), *O Despertar. Peça em 1 acto* (*A Obra* 1900), *Nova Aurora. Apropósito em 1 acto e 4 quadros representado no 1.º de Maio de 1900*. (Genero Symbolico) (1900), *Vencidos. Drama em 4 actos, representado no Theatro do Gymnasio em 9 de janeiro de 1902, original* (1902), e *Em ruínas. Peça em 3 actos* (1903).

& *Arte Social*, pronunciada no Ateneu Comercial de Lisboa aos 14 de dezembro de 1902 (Lisboa, Typographia do Commercio, 1903). Cultivou ainda a tradução literária traduzindo para o português um conto de Jean Richepin sob o título «Um conto da rua», publicado em *A Obra* em 1898.

Uma obra autodidata

Se unicamente a enumeração desta obra monumental resulta estonteante para qualquer um, muito mais o será se pensarmos que foi escrita em apenas dez anos da vida do seu autor. Haverá ainda a acrescentar à observação do conjunto as referências cultas: nomes próprios, obras diversas, lugares e acontecimentos da história de Portugal e da história universal que se descobrem numa análise, ainda que sucinta, destas citações por ela espalhadas. Apesar dos declarados limites da formação fornecida nos estabelecimentos públicos, quer no âmbito acadêmico, quer no acesso à cultura, Ernesto da Silva aproveitou bem os recursos disponíveis nestas instituições. Através deles o informado tipógrafo obteve uma base de conhecimentos muito sólida completada com a sua própria experiência vital, baseada no convívio diário com os operários, e nos seus recursos pessoais. Sem ter cursado estudos universitários usufruiu de uma importante formação cultural adquirida principalmente através da leitura, a qual abrangia campos diversos porque, como recordava Martins Santareno, «lia muito e de tudo» (Martins Santareno 1919). A partir da análise das alusões contidas nos seus textos obtemos uma radiografia bastante precisa do domínio que, eventualmente, um dos membros da elite operária socialista alcançara em âmbitos diversos.

De todos eles salienta o estudo do pensamento operário e republicano. As obras dos grandes autores portugueses e europeus, socialistas e anarquistas, bem como as principais figuras do movimento republicano coevo são mencionadas nos escritos de Ernesto da Silva. Aos nomes de Bakounine, Kropotkine, Proudhon, Karl Liebknech, Max Nettlau, Reclus, Carlos Malato, Jean Grave e Ravachol (François Claudius Koëningstein), unem-se os norte-americanos Louis Lingg, Lucy Parsons e o pastor metodista Samuel Fielden. Já no que diz respeito às obras anarquistas mais importantes o autor conhecia *O que é a propriedade* (1840), de Proudhon, e *A sociedade futura*, de August Bebel, da qual Ernesto da Silva leu a versão

em francês, de 1882, ambas frequentemente citadas. Este último texto só será traduzido para o português por José Fernandes Alves em 1901 e publicado pela Tipografia do Comércio dentro da coleção «Biblioteca de Estudos Sociais». Será o conhecimento das obras destes pensadores o que o terá levado a interpretar o anarquismo como a última etapa na evolução do socialismo mas, paralelamente, granjeou-lhe a inimizade de Azedo Gneco (Ventura 2010: 174). O confronto entre ambos os dirigentes, que escondia também diferenças enquanto à orientação dada ao PSP, resolveu-se com o abandono do Partido por Ernesto da Silva em 1897, embora mantivesse os vínculos com as associações de classe e, em geral, com as agremiações operárias socialistas, especialmente as lisboetas.

Embora a lista dos autores anarquistas seja ampla os socialistas foram muito mais referidos. Desde os vultos mais significativos do socialismo português como Antero de Quental e José Fontana, aos colegas como Azedo Gneco, Nobre França, Teodoro Ribeiro ou Viterbo de Campos, para além de Costa Goodolphim, avultam os pensadores históricos: Robert Owen, Marx e Engels, de quem são citados o *Manifesto Comunista* e *Revolução Cristã e Revolução Social*; Pablo Iglesias (*El Socialista*), Paul Lafargue, Jules Guesde, Jean Jaurés, Faure, César de Paepe, Enrico Ferri, Jules Vallés, e madame Sorgue, que visitará Lisboa com os italianos Chiesa e Chiesi. De entre eles salienta Benoît Malon, de quem Ernesto da Silva se considerava discípulo, sendo as obras da sua autoria mais citadas *Revue Socialiste* e *Socialismo Integral*. No que diz respeito aos republicanos as alusões têm a ver com aqueles com que tinha um convívio pessoal mais estreito, como os amigos Heliodoro Salgado e Teixeira Bastos, e aqueles com quem partilhava preocupações sociais: Angelina Vidal, Sebastião de Magalhães Lima, Afonso Costa, Teófilo Braga e João Chagas.

Paralelamente estudou a história portuguesa e a história mundial. Destacam aqui as referências aos reis e aos imperadores D. Afonso VI, D. Luís, Carlos V e Afonso XIII de Espanha, D. Pedro II do Brasil, Guilherme da Prússia, e Cristina da Suécia, os imperadores romanos Júlio César e Nero, Carlomano, e até o último emperador do império Gaza, Gungunhana, é referido nos seus escritos, para além da Assembleia Nacional Constituinte de França em 1789, Danton, Cambronne, Napoleão, Bismarck, e os históricos Spartacus, Richelieu e Torquemada. As menções aos políticos portugueses Barjona de Freitas, o conselheiro Acácio, José Maria de Alpoim, Anselmo José Braamcamp, António Centeno, António Ennes, o banqueiro Burnay, o juiz Veiga, Mariano de

Carvalho, ou os republicanos – alguns deles seus conhecidos – Brito Camacho, Manuel de Arriaga, João Chagas, Ana de Castro Osório e Afonso Costa, mostram como Ernesto da Silva estava à par da política coeva, bem como da europeia a partir das citas a Alexandre Millerand, Paul Deschanel, Clemenceau, Cánovas e Sagasta.

Os intelectuais constituem um amplo conjunto composto fundamentalmente por romancistas, poetas e dramaturgos portugueses e europeus, bem como as suas obras. Desde os clássicos como Homero, aos autores do Renascimento: Gil Vicente, Camões, Cervantes, Shakespeare (*Hamlet*) e Dante, para além de Garrett, Alexandre Herculano, Pinheiro Chagas, D. João da Câmara, Tomás Lino da Assumpção, Marcelino Mesquita, Eduardo Schwalbach, Eduardo Garrido, Afonso Gayo, Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida, Eça de Queiroz, Afonso Lopes Vieira e o amigo Nunes Claro. São também mencionados Goethe, Molière, Georg Buchner, Walter Scott, Zola, Balzac, Antoine, Brieux, Octave Mirbeau, o abade Prévost, Soulié, Léon Bazalgette, Victor Hugo, Jean Richepin, Lucien Descaves, Luiz Bertrand, Ponson de Terrail, Xavier de Montépin, Ibsen, Tolstoi, Benito Pérez Galdós, Dicenta e Edgard Allan Poe. Ainda relacionados com o mundo do teatro ressaltam as referências aos empresários teatrais e aos atores, entre eles Luís Galhardo, Eleonora Duse, Gabrielle Réjane e Ermette Zacconi. Este conjunto é completado com os artistas: os músicos – como o pai – Giovanni Palestrina, Bach e Haendel, e as alusões ao Teatro de S. Carlos – que eventualmente terá frequentado –, bem como os pintores Guilherme Santa Rita e Rafael Bordallo Pinheiro, e o litógrafo suíço Steinglen.

Os pensadores, onde incluímos os filósofos, os sociólogos, os historiadores e os economistas. É muito provável que fosse bem a partir da leitura direta do francês, bem a partir das traduções, que Ernesto da Silva chegou ao conhecimento de sociólogos como Herber Spencer – de quem cita os seus *Princípios de sociologia* (traduzidos ao francês entre 1878 e 1879) –, à obra do economista evolutivo Ugo Rabbeno e à de Maquiavel. Também alude aos filósofos do Iluminismo Diderot, D’Alembert e Meslier, a Rousseau, a Voltaire e a Ernest Marguery (*L’ouvre d’art et l’évolution*, 1899) e, especialmente, aos historiadores. Entre os portugueses destaca, sem dúvida, Oliveira Martins, para além do célebre César Cantú, cuja obra foi difundida pela Europa toda, e os historiadores da Revolução Francesa, que estudou profundamente: Michelet, Thiers, Taine e Renan.

Talvez os seus sérios problemas de saúde estejam na base do seu interesse nas ciências e na medicina. Surpreende o conhecimento que

do mundo científico mostra Ernesto da Silva na sua obra. Trata-se de um conjunto de referências importantes, especialmente na sua preocupação com a tuberculose – que padecia – e as consequências entre a população portuguesa. Deste modo, alude a Ada Lovelace, Benjamin Franklin, Darwin, Domenico Viviani, Giordano Bruno, Jacques Lebel e Pasteur, para além do naturalista e arqueólogo António Augusto da Rocha Peixoto. Entre os médicos cita a Bergeret – que se manifestou a favor da Revolução Francesa –, Cesare Lombroso (*Antropologie criminelle*) – cujas teorias no âmbito da criminalidade estavam na voga em Europa –, o anatomista italiano Filippo Pacini e o neurólogo francês Jean-Martin Charcot. Entre os portugueses conhecia os doutores Miguel Bombarda, Curry Cabral, Guilherme Ennes, Morais, Vaconcellos e Francisco Ferraz de Macedo, farmacêutico e médico. Souza Martins e Paul Brouardel sobressaem pelos seus estudos sobre a tuberculose. Mas acima de todos eles ressalta a figura de Max Nordau, de quem cita duas obras: *Les mensonges conventionnels de notre civilisation* e *Dégénérescence*, ambas traduzidas para o francês em 1888 e 1894, respetivamente.

Sendo que Ernesto da Silva cultivou o jornalismo nos periódicos operários e nos republicanos, e estava especialmente atento aos movimentos europeus não surpreende o convívio com os colegas de *O Mundo* António França Borges, Fernando Reis e Mayer Garção, para além de aludir a Costa Carneiro, Joaquim Madureira e Martins de Carvalho.

Finalmente, como socialista Ernesto da Silva manifesta-se em aberto confronto com a política desenvolvida pelo Vaticano, o que não o impediu de conhecer os estudiosos cristãos, entre eles, Fr. Manuel das Chagas e José Joaquim de Senna Freitas, João Huss, Père de Lac, Inácio de Loyola ou a mística francesa Bernadette (1844-1879), para além de outros nomes próprios da história do cristianismo como S. João Batista e S. Lazare, Paulo de Tarso, Judas e Pilatos. Outras referências cultas são Moloch, Mahomet e o papa Leão XIII.

Conclusões

A formação académica e profissional de Ernesto da Silva pode-se qualificar como bem sucedida face à realidade sociocultural do seu tempo. Segundo o *Censo da população do reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1900*, 74% da população portuguesa menor de sete anos era analfabeta,

embora os dados melhorassem entre os residentes das cidades de Lisboa e Porto. Na capital, sabia ler 59,8% dos homens e 48,9% das mulheres, isto é, 53,9% da população, situação muito semelhante à da Cidade Invicta, com 54,2% dos homens, baixando substancialmente no caso das mulheres até aos 35,3%, e uma média total para ambos os sexos de 43,3% (Oliveira Marques 1991: 519). Já no que diz respeito ao ensino profissional, segundo António Manuel Pelicano Matoso Martinho, a frequência escolar nas Escolas Industriais e de Desenho Industrial na circunscrição do sul seria de 403 alunos no ano letivo 1884-1885, 546 em 1885-1886, e 493 em 1886-1887, os mais próximos da frequência às aulas de Ernesto da Silva no Instituto Industrial (Alves 1993: 327). Face aos dados expostos não é difícil aceitar com Luís Alberto Marques Alves que o investimento no ensino primário e no secundário ou liceal, e no profissional foi, deste modo, muito insuficiente, como de resto foi denunciado quer pelos republicanos, quer pelos socialistas ao longo das décadas finais da Monarquia (Alves 1993: 303). Num artigo publicado em 1896 no jornal republicano *A Vanguarda* será o próprio Ernesto da Silva a queixar-se do analfabetismo das crianças operárias, precisamente quando o Estado aprovava leis de «protecção aos menores» (Silva 1896: 1). Dada esta evidente limitação dos recursos facultados pelo Estado face ao ensino primário coube às associações operárias a iniciativa de tentar paliar os seus efeitos, providenciando a instrução quer dos operários, quer dos seus filhos. Assim, foi de novo *A Voz do Operário* que lançou a ideia da criação de uma escola para os filhos dos sócios. Para isto foi preciso atualizar os seus estatutos a 24 de fevereiro de 1889, transformando a Sociedade Cooperativa em Sociedade de Instrução e Beneficência. A 24 de maio de 1891 foi eleita a Comissão Escolar que viria a concretizar o projeto de criação de uma escola, finalmente sediada na Calçada de S. Vicente, 60, 1º. Foi inaugurada durante as comemorações do 12º aniversário, a 11 de outubro desse ano. Dois anos depois, a 1 de outubro de 1893, via a luz uma escola feminina, desta vez no número 131 do Campo de Santa Clara, também no 1º andar (Franco 2018: 47). O exemplo alastrou e para os fins da década Ernesto da Silva podia já afirmar «há tendência já hoje bastante accentuada da fundação de escolas operarias» (Babeuf 1899: 1).

Da análise da vida deste membro destacado do movimento operário lisboeta finissecular bem como da obra política e literária por ele desenvolvida entre 1893 e 1903 várias conclusões ressaltam: para já,

a sua excepcionalidade tendo em atenção as origens familiares do autor e o marco sociocultural no qual se inseria; por outro, a extrema sensibilidade e atenção à realidade que o rodeava, que levou à criação de uma obra multifacetada; finalmente, a profundidade dos seus conhecimentos, favorecidos pelo domínio do francês, o que lhe permitiu abordar o estudo do pensamento histórico e político coevo, com destaque para a cultura e a história de França. Porém, ele próprio estava ciente das extremas limitações intelectuais do operariado português das décadas finais do século XIX, maioritariamente trabalhadores fabris com uma escassa – ou até nula – formação académica, as quais não podiam ser ultrapassadas pelos vultos melhor formados. Perante os membros do Partido Republicano Português, integrado por elementos da burguesia formados na Universidade de Coimbra como Afonso Costa e Teófilo Braga, as elites socialistas rapidamente ficaram cientes da impossibilidade, por enquanto, do movimento operário vir a gerir o Estado num futuro próximo. Disso deixou testemunha Ernesto da Silva nos inícios da década de 90: primeiro, nas bases com as quais era previsto o lançamento de um futuro jornal diário – finalmente não concretizado – de nome *A Plebe* (1893), como recordaria anos depois ao apontar uma das muitas contradições de Azedo Gneco na orientação dada ao Partido Socialista Português: «Defenderá todas as reformas democraticas, combaterá sem compromissos contra as instituições monarchicas: e ficará na opposição, em prol do socialismo, logo que o partido republicano seja poder» (Silva 1898a: 1). Idêntica reflexão aparece em *Proletarios e burguezes* (1893): «O proximo advento da burguezia industrial capitalista, ao seu Estado; succedendo-se á mescla burgueza-burocrata, que durante um largo periodo tem vindo corrompendo o carácter nacional e devorando as riquezas sociaes, impõe-se como uma fatalidade e talvez como uma necessidade» (Silva 1893: 9), escreveu, sendo que o grande contributo do movimento operário à revolução social devia ser o apoio à vinda da República: «Aos proletarios impende n’este momento o indeclinavel dever de se unirem em potentes organizações e impulsionar a burguezia industrial a que assuma a gerencia da nossa sociedade, pois será da sua propria expansão que brotarão os numerosissimos luctadores do proletariado que se poderão contar pelo numero dos desilludidos e dos explorados» (Silva 1893: 13). A proclamação da República política não era, assim, o objetivo final, mas mais uma das fases a seguir no

caminho à República Social: «O expirar do praso concedido á existencia da fôrma burgueza-burocrata está prestes a chegar, e parte da burguezia industrial que se prepara para attingir o poder, concentra-se e procura-se disciplinar, dando coesão ás suas forças, nas quaes conta o melhor da massa proletaria que ainda entrevê na fôrma republicana a salvação da patria, ficção com que a moral burgueza tem especulado o vibrar da alma popular» (Silva 1893: 11). O rápido desencanto dos socialistas com a República e o Partido Republicano Português fora antevisto e exprimido mais de vinte anos antes por alguns membros das elites intelectuais socialistas melhor formados, entre eles, Ernesto da Silva.

Jornais

- A Comuna* (Lisboa, 1896).
- A Federação* (Lisboa, 1893-1896).
- A Obra* (Lisboa, 1897-1903).
- A Pátria* (Lisboa, 1900).
- A Vanguarda* (Lisboa, 1897).
- Justiça. Homenagem a Ernesto da Silva* (Lisboa: número único, 1 de maio de 1903).
- O Mundo* (Lisboa, 1900-1903).
- O Operário de Coimbra* (Coimbra, 1895).
- O Paiz* (Lisboa, 1896-1897).
- O Revolucionário* (Lisboa, 1892-1893).
- Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operarios do livro em Portugal* (Lisboa, 1899).
- Revista Política* (Lisboa, 1901).
- Século XX* (Lisboa, 1901).
- Vanguarda* (Lisboa, 1901-1902).

Bibliografia

- “1º de maio” (1893). *A Batalha. Diario republicano da tarde*, Lisboa: 537, 29 de abril, 1-2.
- “Direção Geral do Commercio e Industria” (1879). *Diário do governo*, 30 de setembro.

- “Hontem e Hoje. 1º de Maio” (1896). *Vanguarda*, Lisboa: 1751, 1 de maio, 1.
- Alves, Luís Alberto Marques (2004). “O ensino”, in Fernando de Sousa e A. H. Oliveira Marques, *Portugal e a Regeneração (1851-1900)*, vol. X. Lisboa: Presença.
- Babeuf (1899). “Escolas operarias”, *A Obra*, Lisboa: 247, 29 de outubro, 1.
- Batalha, Ladislau, e Silva, Ernesto da (s.d.). *O que é ser socialista? O dia normal*. Lisboa: Typographia do Instituto Geral das Artes Graphics.
- Brocas, Manuel de Araújo (1938). “Inauguração da Biblioteca de «A Voz do Operário» e a sua breve história”, in *A Biblioteca de “A Voz do Operário” 1888-1938, Número comemorativo do 50.º aniversário da sua inauguração*. Lisboa: outubro, 18. Disponível no site <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4672829>
- Franco, Alberto (2018). *A Voz do Operário. Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário. 135 anos*. Lisboa: Althum.com, 2018.
- Garcia, Maria Madalena A, De Moura Machado, e Martins, Lígia de Azevedo (1996). *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Martins Santareno, José (1919). “O Capital, de Ernesto da Silva”, *República Social*, Porto: 38, 15 de novembro.
- Oliveira Marques, A. H. (Coord.) (1991). *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI. Lisboa: Presença.
- Peralta García, Beatriz (2017). “Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva”, *Historia Social*, 89, 53-71.
- « – » (2020). “Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903)”, *Revista Portuguesa de História*, t. LI, 202-221.
- Pinto, Maria de Fátima Machado Martins (2017). *Bibliotecas populares em Portugal: práticas e representações. Esboçar de uma missão (1870 – 1930)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação, especialidade em História da Educação.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1999). “Livros e leituras no século XIX”, *Revista de História das Ideias*, 20, 187-227.
- Ruy (1894). “Folhetim do jornal *A Federação*. Á ceia. (Á redacção da «Voz do Operario».) (Dialogo burguez)”, *A Federação*, Lisboa: 40, 7 de outubro.
- Secretaria de Estado do Comércio (1928), “Decreto nº 5029. Organização do ensino industrial e comercial. Relatório”, *Diário da República*, 263, I série, 5 de dezembro, 2069.

- Silva, António Ernesto da (1893), “Manifesto do 1º de maio de 1893”, *A Vanguarda*, Lisboa: 673, 30 de abril, 2.
- Silva, Ernesto da (1893). *Fontana e Sousa Brandão. Discurso pronunciado na sessão comemorativa do 20º aniversário da Cooperativa Indústria Social*. Lisboa: Typographia do Instituto Geral das Artes Graphicas.
- « – » (1893). *Proletarios e burguezes*. Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas.
- « – » (1894). “Á Voz do Operario”, *A Federação*, Lisboa: 16, 22 de abril, 3.
- « – » (1896). *A idéia federativa. Commemoração do 2º aniversario do jornal A Federação*. Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas.
- « – » (1896). *O Capital. Drama em 4 actos, original. Representado pela primeira vez no teatro do Principe Real, de Lisboa, na noite de 8 de novembro de 1895*. Lisboa: Typ. do Instituto G. das Artes Graphicas
- « – » (1898a). “Carta-Artigo”, in *A Obra*. Lisboa: 173, 8 de maio, 1.
- « – » (1898b). “Elogio Historico de Roberto Owen. (Lido em sessão solemne da cooperativa A Libertadora em 19 de março de 1898)”, *A Obra*, Lisboa: 166, 20 de março, 3.
- « – » (1898c). “Estatutos da Federação Portugueza dos Trabalhadores do Livro”, *A Obra*, Lisboa: 160-162-165.
- « – » (1900). “Folhetim de “A Obra”. O Despertar. Peça em 1 acto. (Rejeitada pela empreza do theatro D. Maria II)”, *A Obra*, Lisboa: 271-282, 15 de abril a 24 de junho de 1900, 2.
- « – » (1900-1901). “Folhetim de “A Obra”. Nova Aurora. A proposito em 1 acto e 4 quadros representado no 1.º de maio de 1900. (GENERO SYMBOLICO)”, *A Obra*, Lisboa: 292-209, 9 de setembro a 6 de janeiro, 2.
- « – » (1902). “Folhetim do “Seculo XX”. Vencidos. Drama em 4 actos, representado no Theatro do Gymnasio em 9 de janeiro de 1902, original”, *Seculo XX*, Lisboa: 13-14, 12-19 de janeiro.
- « – » (1903). *Conferencia. Theatro Livre & Arte Social. (Realizada no Atheneu Commercial aos 14 de dezembro de 1902)*. Lisboa: Typographia do Commercio.
- « – » (1903). *Em ruínas. Peça em 3 actos*. Lisboa: Bibliotheca D’Educação Nova – Editora, 61, I.º, Calçada de Sant’ Anna.
- Silva, Joaquim Palminha (1989). *Pequeno dicionário do Movimento Socialista Português*. Lisboa: Fundação José Fontana.
- Torgal, Luís Reis, e Vargues, Isabel Nobre (1998). “Produção e reprodução cultural”, in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Estampa, 575-584.

- Ventura, António (2000). *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- « – » (2010). “Ernesto da Silva e o Socialismo”, in Ernesto Castro Leal (Coord.), *Republicanismo, Socialismo Democracia*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 169-182.

